

Maré rosa na América Latina?

Laura Carlsen, IRC | 25 de janeiro de 2007

Os encontros da Comunidade Sul-americana de Nações e da Cúpula Social pela Integração dos Povos, realizados recentemente, produziram visões interessantes da unidade continental. Os dois eventos—um de líderes governamentais e outro da sociedade civil—mostraram que novos ventos de mudança estão soprando por todo o continente.

As discussões sobre alternativas de integração regional e do papel do estado no desenvolvimento, que costumavam acontecer às margens do discurso dominante do neoliberalismo, acabam de se mudar para o centro do debate público. Alternativas abrangentes e viáveis ainda são pouco visíveis, mas, pelo menos, as discussões deixaram o palanque e ganharam as ruas.

No final das contas, o encontro oficial não conseguiu resolver as cisões entre líderes que vêem a integração regional como um trampolim para o sistema de integração idealizado para corporações e líderes que têm uma visão diferente. Entretanto, o debate continua entre as nações e dentro delas.

As eleições na região continuam sendo um importante mecanismo de aferição de mudanças. Com exceção do México—exceção que, a rigor, não chega a ser tão expressiva—a balança continua a pender para a esquerda.

Mas uma análise mais profunda das eleições no Equador, Venezuela, Nicarágua e México indica que a interpretação de que o continente está sendo varrido por uma “maré rosa”—uma tendência esquerdista diluída em caldo direitista (e que, portanto, não chega a ser uma “maré vermelha”)—pode não ser suficiente para explicar a complexidade do que está realmente acontecendo em cada país e na região como um todo.

O que pode ser considerado “esquerda”, afinal? Quanta liberdade de ação realmente têm os governos, que se proclamam esquerdistas, para realizar mudanças num mundo globalizado? Como governos progressivos influenciam os movimentos sociais e vice-versa? E qual é o significado dessas mudanças na esfera regional?

Essas questões, difíceis de responder, torna complexa qualquer tentativa de colorir os estados latino-americanos, de acordo com suas tendências políticas predominantes—como se faz com o mapa pós-eleitoral dos Estados Unidos, em que os estados são coloridos de azul (para vitória democrata) e vermelho (para vitória republicana). O desafio é respeitar as especificidades de cada processo político e, ao mesmo tempo, extrair formas de caracterizar as mudanças regionais óbvias que estão ocorrendo.

Os novos líderes

A reeleição de Hugo Chávez, na Venezuela, por uma margem expressiva, e o triunfo do candidato de centro-esquerda Rafael Correa, no Equador, mostram um salto extraordinário na política andina, tradicionalmente dominada por um grupo de elites políticas e econômicas.

Chavez, sempre pronto a disparar um comentário provocativo, anunciou que o próximo passo da Revolução Bolivariana é construir o “socialismo do Século XXI”, sem oferecer detalhes mais específicos sobre seu projeto político. Na prática, seu governo continua a combinar a retórica antiamericana radical, a solidariedade latino-americana e um papel ativo do estado na redistribuição da renda com conceitos de integração apoiada pelo envolvimento significativo do setor privado e pelas relações de comércio internacional.

Correa, no Equador, adere agora à crescente lista de líderes da América Latina que preferem olhar para o Sul, em vez de se focalizar nos Estados Unidos, ao Norte, ao buscarem oportunidades de comércio, de desenvolvimento e de alianças internacionais. Ele planeja golpear a hegemonia dos Estados Unidos através de sua oposição à formalização da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas) e à permanência da base militar dos EUA em Manta, no Equador.

O retorno de Daniel Ortega ao poder na Nicarágua e a reeleição de Lula no Brasil enviam mensagens geopolíticas um pouco mais enigmáticas.

Ortega manteve suas credenciais de esquerdista mais na base da animosidade que ele incita entre as autoridades governamentais dos EUA. Na política doméstica, no entanto, ele apoiou a lei nacional contra o aborto, incrivelmente restritiva. Apesar de seu partido haver votado contra a criação do Acordo de Livre Comércio EUA-América Central (CAFTA), Ortega tornou-se progressivamente a favor das políticas de livre mercado durante a campanha eleitoral e, logo depois de tomar posse, prometeu defender e fortalecer o CAFTA, apesar do protesto popular.

Lula inaugura seu segundo mandato com dívidas para com as forças políticas estabelecidas, de um lado, e dívidas sociais para com os pobres, de outro. Seu segundo mandato sinaliza o fim de uma lua-de-



mel amarga com organizações de base popular que compõem seu eleitorado. Ao mesmo tempo, Lula parece não desejar correr o risco de perder o apoio da elite econômica. Agradar a esses dois senhores parece impossível.

Finalmente, as disputadas eleições no México, em julho, parecem ter ido contra a tendência regional, ao reinstalar no poder um partido de direita. Contudo, os eventos subsequentes tornaram muito difícil a idéia de que a sociedade mexicana realmente aprova esse curso. As acusações de fraude eleitoral persistem, a metade da população que é contra a direita permanece mobilizada e desconfiada, e um estado—Oaxaca—vive uma rebelião aberta.

Partidos versus movimentos?

O panorama político-econômico na América Latina é, no mínimo, confuso. Com diferenças ideológicas difíceis de identificar, com o pragmatismo competindo com princípios na vida cotidiana e com os movimentos de base procurando se afastar dos pólos opostos da marginalização e da cooptação, fica difícil ter uma visão clara do quadro.

No entanto, algumas premissas básicas podem ser assumidas.

Primeiro, os pobres continuam a compor a maioria da população, não obstante uma década de promessas neoliberais. Em muitos países latino-americanos, mais da metade da população vive abaixo da linha da pobreza. E ela constitui o eleitorado natural da nova esquerda.

Segundo, essa maioria já chegou ao limite da paciência com as promessas do modelo econômico vigente. A combinação, que aniquila qualquer esperança, de pobreza herdada de geração a geração, de desemprego, subemprego e economia informal, com concentração de riquezas explícita por poucos, é um caldeirão fervente onde a oposição se nutre, inevitavelmente. Em alguns países, essa oposição tem se expressado nas urnas; em outros, tem levado as massas às ruas; muitas vezes, ocorrem os dois fenômenos.

Terceiro, os partidos de esquerda, em muitos casos, têm pouco a oferecer para apaziguar as necessidades e o descontentamento da maioria pobre. Seja os escândalos de corrupção do governo Lula, o conservadorismo social de Tabaré Vázquez, no Uruguai, ou o oportunismo destituído de princípios de Ortega, na Nicarágua, um após outro os “populistas” de esquerda acabam reproduzindo as mesmas práticas políticas de sempre, com uma frequência decepcionante, uma vez que chegam ao poder. Direitistas e esquerdistas não são gêmeos idênticos, mas, quando assumem o poder, revelam algumas peculiaridades familiares.

Apesar dos governos progressivos, que se recusam a ser parte do Clube do Quintal dos EUA, a região continua tendo dificuldade para se tornar um polo alternativo num mundo multipolar.

A grande esperança da América Latina—e o que a região tem a oferecer ao mundo—é uma grande coleção de movimentos sociais vibrantes, que ousam questionar de tudo, de seus próprios governos à maneira com que as corporações poluem seus territórios. Algumas vezes, esses movimentos se expressam nas urnas; outras, não. Algumas vezes, se autodenominam “a esquerda”; outras se declaram “o povo”; outras evitam qualquer rótulo, por não terem importância. O que importa, na verdade, é encontrar novas maneiras de governar, de forma a reduzir as desigualdades, aperfeiçoar a democracia e acabar com a pobreza e com a fome.

Atribua a esse fenômeno a cor rosa, vermelha, azul, roxa ou verde-amarelada. Para chegar a algum lugar, os movimentos sociais têm, na verdade, de exibir todas essas cores e mais algumas. De qualquer forma, qualquer que seja a coloração, a maré na América Latina parece estar subindo.

A colunista da Foreign Policy In Focus (FPIF) Laura Carlsen é diretora do Programa das Américas do IRC, na Cidade do México, onde ela tem trabalhado como escritora e analista política nas últimas duas décadas. O Programa das Américas está online em <http://americas.irc-online.org/>.

Publicado pelo Programa de Americas do International Relations Center (IRC, em linha em www.irc-online.org). ©2006. Todos os direitos reservados.

The Americas Program

“Um mundo novo da análise, das idéias, e das opções da política”

Fundado em 1979, o IRC é um centro nonprofit pequeno mas dinâmico dos estudos da política cujo o objetivo overarching seja ajudar forjar uma agenda global nova dos casos para o governo de ESTADOS UNIDOS e povoar um que faz aos estados unidos um líder e um sócio globais mais responsáveis. Para mais informação, visita www.americaspolicy.org ou email americas@irc-online.org.

Citação recomendada:

Programa de las Americas (Silver City, NM: International Relations Center, day de month de 2007).

Posição da correia fotorreceptora:

<http://www.ircamericas.org/port/>

Informação Da Produção:

Escritor: Laura Carlsen, IRC
Redação: Laura Carlsen e John Feffer, IRC
Tradução: João De Melo